

POSITION PAPER

#5/26

O Douro já não é um Eldorado

TERESA ALBUQUERQUE

PRESIDENTE DO CONSELHO COORDENADOR DA SEDES VILA REAL

Objetivo e Responsabilidade:

Os Position Papers da SEDES destinam-se a apresentar uma opinião fundamentada sobre um tema de desenvolvimento económico e social, em termos consentâneos com os objetivos estatutários da Associação. Os Position Papers assumem igualmente a natureza de *working papers*, isto é, não devem ser considerados produção científica acabada, mas sim textos em progresso suscetíveis de aprofundamento. A autoria pode ser coletiva ou individual, podendo parte ou a totalidade do documento ser usado em outras publicações.

Embora sujeitos a critérios editoriais, que designadamente validam a consonância do documento com os fins dos Position Papers da SEDES, a posição expressa é da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

O Douro já não é um Eldorado

Teresa Albuquerque

O Douro só pode ser compreendido a partir da sua história. Em 1756, com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, por iniciativa do Marquês de Pombal, nasceu a primeira região vitivinícola demarcada e regulamentada do mundo. A demarcação não foi apenas um ato administrativo; foi uma resposta política e económica a uma crise de reputação, qualidade e regulação do comércio do vinho do Porto. A partir desse momento, o Douro deixou de ser apenas uma região agrícola e passou a ser um sistema institucionalizado de produção, certificação, controlo de origem e valorização comercial. A própria ideia moderna de denominação de origem encontra aqui uma das suas matrizes mais antigas.

A economia que se formou a partir dessa regulação foi profundamente singular. O vinho do Porto tornou-se, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, um dos grandes produtos de exportação portugueses, articulando a produção de montanha no interior duriense com o comércio internacional, em particular com o mercado britânico. O Tratado de Methuen de 1703 favoreceu a entrada dos vinhos portugueses no Reino Unido em condições vantajosas face aos vinhos franceses, contribuindo para a expansão comercial do Porto no século XVIII. Essa procura internacional gerou riqueza, estruturou casas exportadoras, consolidou circuitos comerciais e criou uma imagem de prosperidade que ainda hoje pesa sobre a perceção externa da região.

Mas essa prosperidade histórica também produziu uma ilusão persistente. O Douro é ainda frequentemente visto à luz do que foi a economia do vinho do Porto no passado: uma economia de valor elevado, internacionalizada, regulada, prestigiosa e capaz de sustentar uma viticultura de montanha extremamente difícil. Essa memória hoje, tornou-se enganadora. O facto de o vinho do Porto ter conseguido, durante longos períodos, remunerar uma paisagem de custo excecional não significa que a atual estrutura produtiva da Região Demarcada do Douro continue a ser sustentável. A perceção da capacidade económica atual do Douro permanece, em muitos casos, toldada pelo peso simbólico da sua antiga centralidade económica.

O problema é que o sistema que historicamente protegeu a região já não funciona nas mesmas condições. O benefício, isto é, a quantidade de mosto autorizada para produção de vinho do Porto, continua a ser um mecanismo relevante de regulação e transferência de valor, mas tem vindo a contrair-se progressivamente. Ao mesmo tempo, o vinho do Porto enfrenta uma tendência estrutural de redução de consumo em muitos mercados tradicionais, acompanhando o declínio global do consumo de vinhos fortificados e tintos. O position paper da SEDES “Competitividade e Sustentabilidade dos Vinhos do Porto e Douro. Que Estratégia?” (2024) identifica precisamente esta tendência decrescente da procura do vinho do Porto como um dos principais fatores de fragilização da economia regional.

A questão geográfica agrava esta vulnerabilidade. O Douro não é uma planície vitícola, nem sequer uma região agrícola contínua. É uma construção territorial de montanha, feita de encostas abruptas, socacos, muros, patamares, exposições solares distintas, altitudes variáveis e microclimas extremamente diferenciados. Não existe um único Douro. Existem muitos Douros dentro da mesma região. O position paper SEDES sobre os desafios ambientais do Douro (2026) sublinha que a região apresenta grande diversidade climática e territorial, com fortes diferenças de precipitação, temperatura e disponibilidade hídrica entre sub-regiões e parcelas.

Daqui decorre uma consequência económica decisiva: não se pode generalizar a viabilidade da viticultura duriense. Parcelas contíguas podem ter desempenhos muito diferentes. Uma vinha exposta a sul, em encosta quente e seca, com acesso difícil e baixa profundidade de solo, pode apresentar custos elevadíssimos, forte stress hídrico e baixa produtividade. Outra parcela próxima, com maior altitude, melhor retenção de água ou acessibilidade superior, pode produzir uvas de muito maior valor qualitativo e económico. Esta heterogeneidade impede que o Douro seja analisado como se fosse um sistema homogéneo.

É também esta geografia que limita as economias de escala. Em regiões mais planas, aumentar área tende a reduzir custos unitários através da mecanização e racionalização das operações. No Douro, esse efeito existe, mas encontra limites muito estreitos. A topografia fragmenta a operação agrícola. A mecanização é parcial, cara e frequentemente impossível. A manutenção de muros, patamares e acessos exige investimento contínuo. A vindima permanece fortemente dependente de mão-de-obra intensiva. Assim, a escala física não se transforma automaticamente em escala económica.

A produtividade média da região é relativamente baixa quando comparada com outras regiões vitivinícolas nacionais e internacionais. O position paper da SEDES “Competitividade e Sustentabilidade dos Vinhos do Porto e Douro. Que Estratégia?” (2024) refere uma produtividade média próxima de 33 hl/ha, equivalente a cerca de 4.600 kg de uva por hectare. Em muitos contextos económicos, uma produtividade de referência entre 2.800 e 3.500 litros por hectare é uma aproximação plausível para análise económica da viticultura de qualidade duriense. Quando estes níveis produtivos são confrontados com custos estruturais elevados, o problema torna-se evidente.

As contas económicas fundamentais são relativamente simples. Se os custos económicos reais da viticultura duriense se situarem entre aproximadamente 7.000 e 13.000 euros por hectare - intervalo compatível com uma viticultura de montanha de baixa mecanização - então o preço médio necessário por litro para equilibrar economicamente a exploração pode variar entre cerca de 2 €/L e mais de 4,5 €/L, dependendo da produtividade efetiva da parcela. O próprio position paper confirma a magnitude destes custos ao estimar encargos variáveis diretos entre 0,75 €/kg e 1,40 €/kg de uva, antes mesmo da contabilização integral de custos indiretos, remuneração do capital e amortizações.

Esta leitura é reforçada pelo artigo ‘Um escândalo silencioso’, de José Martino, publicado na Vida Económica em março de 2026. O autor sustenta que os viticultores do Douro estariam há vários anos a vender sistematicamente abaixo do custo de produção, estimando custos médios próximos de 4.000 €/ha e um custo implícito de cerca de 0,98 €/kg de uva. Confrontando estes valores com preços frequentemente pagos à produção para vinhos DOC Douro tranquilos entre cerca de 250 € e 500 € por pipa (entre 500 e 600l), o artigo conclui que apenas parte da produção destinada ao benefício consegue aproximar-se de níveis economicamente sustentáveis. O texto introduz ainda uma dimensão particularmente relevante para a compreensão da crise duriense: a possibilidade de o Douro funcionar como um mercado oligopsónico, dominado por poucos compradores fortes perante milhares de pequenos produtores atomizados e economicamente frágeis. Esta leitura reforça a ideia de que a crise estrutural da região não resulta apenas dos custos elevados da viticultura de montanha, mas também da distribuição desigual do valor ao longo da cadeia económica.

Os dados de comercialização ajudam a perceber melhor a tensão económica atual da região. Em 2023, o vinho do Porto apresentou um preço médio de venda de cerca de 5,62 €/litro e o vinho DO Douro de cerca de 5,01 €/litro. À primeira vista, estes valores médios podem sugerir uma capacidade razoável de valorização. Contudo, trata-se de médias agregadas que

escondem diferenças profundas entre segmentos premium e grandes volumes vendidos a preços relativamente baixos. Além disso, o preço médio do vinho comercializado não corresponde ao rendimento efetivamente capturado pelo produtor de uva. Entre o preço final e a remuneração agrícola intervêm custos de vinificação, envelhecimento, armazenagem, distribuição, marketing, financiamento e margens comerciais.

Esta distinção é essencial para compreender um dos paradoxos centrais do Douro contemporâneo: a região consegue produzir vinhos relativamente valorizados no contexto internacional, mas isso não significa automaticamente que a base produtiva esteja financeiramente equilibrada. Uma parte significativa do valor gerado continua a concentrar-se fora da produção agrícola propriamente dita.

A estrutura social do Douro tornou este problema ainda mais complexo. A região foi historicamente marcada pela convivência entre grandes casas exportadoras, grandes fortunas, quintas emblemáticas, pequenos viticultores, cooperativas, rendeiros e trabalhadores agrícolas. Esta estrutura social moldou a paisagem. A grande propriedade e o comércio exportador deram capital, acesso internacional e capacidade de investimento. A pequena produção familiar garantiu ocupação do território, manutenção de parcelas difíceis e continuidade cultural. O Douro foi sempre, neste sentido, uma região de extremos: riqueza e pobreza, prestígio internacional e fragilidade local, grandes marcas e pequenos lavradores.

Contudo, a viabilidade desta estrutura social está hoje sob forte pressão. O position paper da SEDES “Competitividade e Sustentabilidade dos Vinhos do Porto e Douro. Que Estratégia?” (2024) identifica claramente a redução contínua das pequenas explorações e o crescimento relativo das explorações maiores e profissionalizadas. Os pequenos viticultores dependem frequentemente do benefício, do trabalho familiar e da ausência de necessidade de investimento intensivo. Já os produtores médios encontram-se numa posição particularmente vulnerável: demasiado grandes para sobreviver apenas com lógica familiar informal, mas demasiado pequenos para capturar plenamente economias comerciais, tecnológicas e financeiras.

A economia informal continua, aliás, a desempenhar um papel estrutural na sobrevivência do Douro contemporâneo. Quando se fala em informalidade no contexto duriense não se trata necessariamente de ilegalidade. Trata-se sobretudo de um conjunto de mecanismos silenciosos de compensação económica que permitem manter operacional uma parte significativa da viticultura regional. Muitas explorações continuam viáveis apenas porque nem todos os custos são plenamente imputados. O trabalho familiar permanece frequentemente sub-remunerado ou totalmente não remunerado. Reformas e rendimentos externos das famílias subsidiam a atividade agrícola. A manutenção de muros, acessos e vinhas é frequentemente adiada. Equipamentos são utilizados para além do seu ciclo económico racional. A renovação da vinha é protelada. O custo de oportunidade da terra e do capital raramente entra plenamente nas contas.

Isto significa que a sobrevivência operacional de muitas explorações não corresponde necessariamente a verdadeira sustentabilidade económica. Se todas as explorações fossem obrigadas a remunerar integralmente trabalho, capital, amortizações, manutenção estrutural e risco climático, uma parte significativa da área atualmente cultivada iria revelar-se economicamente inviável.

Esta economia informal funciona, assim, como mecanismo de estabilização territorial. Sem ela, o ajustamento económico do Douro provavelmente já teria sido muito mais abrupto, com maior abandono, maior concentração fundiária, maior degradação paisagística e maior

despovoamento. Mas essa informalidade também produz efeitos ambivalentes. Por um lado, preserva território, continuidade cultural e ocupação humana. Por outro, mascara fragilidades estruturais, dificulta diagnósticos objetivos, reduz capacidade de investimento e cria uma aparência de viabilidade que pode não existir em termos económicos estritos.

No fundo, uma parte importante da resiliência do Douro continua a depender de mecanismos familiares, emocionais e patrimoniais que excedem a lógica empresarial convencional. Muitos produtores não continuam apenas porque a exploração é rentável; continuam porque a vinha representa identidade, herança, pertença e ligação ao território. Contudo, estes mecanismos podem tornar-se mais frágeis nas próximas décadas. O envelhecimento da população, a ausência de sucessão geracional, a urbanização e a crescente racionalidade económica das novas gerações tendem a reduzir a disponibilidade para aceitar trabalho não remunerado, autoexploração prolongada ou investimento emocional sem retorno financeiro.

As políticas públicas atuais reconhecem parcialmente o problema, mas continuam frequentemente orientadas para gestão de crise mais do que para redefinição estrutural do modelo económico regional. O position paper da SEDES, já referido, propõe medidas como destilação de crise, stockagem, vindima em verde, linhas de crédito, controlo de importações, reforço da promoção e reforma do modelo de governação do IVDP. Muitas destas medidas podem aliviar tensões conjunturais importantes. Mas permanece uma questão mais profunda: estarão as políticas atuais a enfrentar suficientemente o problema estrutural da incapacidade de parte significativa da área produtiva gerar retorno económico sustentável no novo contexto global do vinho?

As alterações climáticas tornam esta equação ainda mais exigente. O Douro ficará progressivamente mais quente, mais seco e mais sujeito a fenómenos extremos. O position paper da SEDES sobre clima e sustentabilidade no Douro (2026) aponta para aumentos significativos de temperatura, redução da precipitação e agravamento do stress hídrico nas próximas décadas. A água tornar-se-á um fator central da viabilidade regional.

A inovação tecnológica poderá desempenhar um papel importante. Agricultura de precisão, sensores, monitorização hídrica, inteligência artificial, novos porta-enxertos, modelação climática e sistemas avançados de gestão agronómica podem aumentar eficiência e resiliência. Mas a tecnologia dificilmente alterará, por si só, o paradigma estrutural do Douro. A tecnologia exige capital, conhecimento, escala e capacidade de investimento — precisamente os recursos mais escassos em muitas explorações vulneráveis.

Além disso, maior eficiência produtiva não resolve necessariamente um problema de excesso estrutural de oferta. Produzir melhor ou com menores perdas pode até agravar desequilíbrios se não existir capacidade de absorção comercial correspondente. O desafio do Douro não é apenas produzir mais eficientemente; é produzir valor suficiente para financiar uma paisagem cultural de montanha extraordinariamente cara de manter.

O Douro enfrenta, assim, uma transformação mais profunda do que uma simples modernização agrícola. O problema central talvez já não seja apenas agrícola ou comercial. É territorial, patrimonial, institucional e civilizacional. O vinho do Porto financiou durante séculos o equilíbrio económico de uma paisagem excecional. Mas as condições globais mudaram: o consumo mundial abranda, os mercados tornam-se mais concorrenciais, os custos sobem, a pressão climática aumenta e a capacidade do vinho para financiar sozinho toda a paisagem duriense torna-se mais limitada.

A conclusão é desconfortável, mas necessária: o Douro não é frágil porque não produz valor; é frágil porque uma parte substancial do valor que produz já não chega para remunerar o custo real da sua própria continuidade. O futuro da região dependerá da capacidade de abandonar a ilusão de que o passado garante a viabilidade do presente, e de construir um novo modelo em que produção, paisagem, tecnologia, turismo, mercado e política pública sejam finalmente pensados em conjunto.

2. Comparação internacional e políticas potencialmente transferíveis para o Douro

A comparação do Douro com outras regiões vitivinícolas internacionais é útil, desde que não seja usada de forma mecânica. O Douro é comparável a regiões como Champagne, Borgonha, Mosel, Priorat ou Ribeira Sacra pela combinação de identidade territorial forte, paisagem vitícola histórica, fragmentação fundiária, viticultura difícil e dependência da valorização simbólica da origem. Mas é incomparável quando se considera a escala da sua vulnerabilidade social, o peso histórico do vinho do Porto, a dimensão da pequena propriedade, a fragilidade económica de muitos viticultores e o custo patrimonial de manter uma paisagem de montanha extensa.

A principal lição de Champagne é a disciplina coletiva da oferta. A região dispõe de instrumentos de regulação de rendimento, reservas e gestão interprofissional que permitem ajustar produção, stock e valor de mercado. A legislação francesa reconhece decisões interprofissionais sobre reservas de vinhos base para Champagne como obrigatórias para produtores, cooperativas e negociantes. Esta experiência é relevante para o Douro porque confirma que, em regiões de alto valor simbólico, a sustentabilidade depende menos de produzir mais e mais de proteger preço, escassez e reputação. A transferência para o Douro teria utilidade elevada, mas exigiria uma governação interprofissional mais robusta, maior confiança entre agentes e capacidade efetiva de disciplinar a oferta.

A Borgonha oferece uma segunda lição: a valorização extrema da micro-origem. Os climats borgonheses foram reconhecidos pela UNESCO como expressão de séculos de delimitação parcelar, diversidade de terroirs e produção de vinhos de excelência. Para o Douro, esta comparação é especialmente pertinente porque a região também possui enorme diversidade de parcelas, exposições, altitudes e solos. Uma política de microzonagem, narrativa parcelar, valorização de vinhas velhas e diferenciação por terroir poderia ajudar a contrariar a tendência de desvalorização do vinho DO Douro. O limite é que a Borgonha beneficia de uma escassez extrema e de preços globais muito superiores; o Douro não pode simplesmente importar esse modelo sem construir procura e reputação equivalentes.

O Mosel alemão é relevante pela viticultura de encosta. Estudos sobre viticultura em declive mostram que os custos das encostas resultam sobretudo da mecanização limitada e da elevada repetição de operações, podendo a gestão manual ser várias vezes mais cara do que a viticultura em terreno plano. Esta comparação reforça uma conclusão central para o Douro: a viticultura de montanha presta serviços territoriais, paisagísticos e ambientais que o preço da uva raramente remunera. Daqui decorre a pertinência de políticas de pagamento por serviços de paisagem, conservação do solo, prevenção da erosão e manutenção de património vitícola.

As regiões francesas em crise, como Bordeaux e o Languedoc, são úteis por razões diferentes. A queda do consumo de vinho, sobretudo tinto, tem conduzido a excedentes, destilação, bioetanol e programas de arranque de vinha. Em França, têm sido discutidos programas

públicos de arranque permanente para reduzir a sobreprodução e melhorar a viabilidade económica de regiões sob pressão. Para o Douro, a lição é ambivalente. O arranque pode ser necessário em parcelas estruturalmente inviáveis, mas não pode ser aplicado como solução indiferenciada, porque a vinha é também suporte da paisagem UNESCO, do turismo, da retenção de solo e da ocupação humana.

O Priorat e a Ribeira Sacra mostram que regiões de encosta podem construir valor através de vinhos de pequena escala, narrativa territorial forte e posicionamento premium. A lição transferível é a concentração na diferenciação e na raridade. O limite é que ambas são muito menores do que o Douro e não carregam a mesma estrutura social extensa de milhares de pequenos viticultores. No Douro, a estratégia premium pode salvar projetos, quintas e subzonas, mas dificilmente resolverá sozinha o problema sistémico da região.

Em termos de políticas públicas, as medidas potencialmente mais relevantes para o Douro seriam: uma gestão interprofissional de oferta mais eficaz, inspirada em Champagne; uma política de microzonagem e valorização parcelar, inspirada na Borgonha; pagamentos por serviços ambientais e paisagísticos, inspirados nas regiões europeias de montanha; arranque seletivo e reconversão apenas onde a viabilidade económica e climática seja estruturalmente fraca; reforço cooperativo e comercial; controlo rigoroso da concorrência de vinhos externos de baixo preço; e uma estratégia de promoção internacional centrada em valor, não em volume.

Nenhuma destas políticas, isoladamente, resolve os problemas estruturais identificados. A destilação alivia stocks, mas não cria procura. O arranque reduz oferta, mas pode destruir paisagem se for mal desenhado. A tecnologia aumenta eficiência, mas não garante preço. A promoção melhora reputação, mas não corrige custos se não houver disciplina de oferta. A regulação pode equilibrar o mercado, mas exige legitimidade institucional.

A principal conclusão comparativa é esta: as regiões vitivinícolas que melhor resistem à pressão global não são as que produzem mais, mas as que conseguem coordenar oferta, proteger reputação, limitar banalização, remunerar a origem e transformar paisagem em valor económico. O Douro tem atributos para seguir esse caminho, mas só o conseguirá se reconhecer que a sua crise não é apenas comercial. É uma crise de modelo económico, territorial e institucional.

3. Comparação de custos agrícolas e preços médios por região

Os custos económicos reais da viticultura duriense tornam-se mais claros quando comparados com outras regiões vitivinícolas europeias.

No Alentejo, a viticultura ocorre maioritariamente em terrenos planos ou suavemente ondulados, com elevada mecanização e produtividades frequentemente entre 8.000 e 15.000 litros por hectare. Os custos agrícolas diretos podem situar-se aproximadamente entre 3.000 e 6.000 euros por hectare. Os preços médios de venda tendem a situar-se em segmentos médios relativamente competitivos, frequentemente abaixo dos níveis premium europeus, mas sustentados por custos unitários relativamente baixos.

Na Rioja, a topografia é geralmente mais favorável do que no Douro. A mecanização é significativamente mais elevada e as produtividades médias tendem a ser superiores. Os custos agrícolas poderão situar-se aproximadamente entre 4.000 e 7.000 euros por hectare. Os preços médios de exportação dos vinhos Rioja situam-se frequentemente entre 4 €/litro e 6 €/litro, embora os

segmentos premium ultrapassem amplamente esses valores.

O Priorat aproxima-se muito mais do Douro em termos de dificuldade física. Os custos agrícolas podem atingir valores comparáveis aos do Douro em parcelas mais difíceis, frequentemente entre 7.000 e 12.000 euros por hectare. Contudo, o Priorat posicionou-se quase integralmente em segmentos premium internacionais, com preços médios muito superiores aos de grande parte do DOC Douro.

O Mosel alemão constitui uma das comparações mais úteis do ponto de vista técnico. Tal como no Douro, estamos numa região de “viticultura heróica”. Nas encostas mais íngremes, os custos da viticultura podem ser várias vezes superiores aos da viticultura em terreno plano, devido à impossibilidade de mecanização plena e à necessidade de trabalho manual intensivo. Em média, os custos da viticultura de montanha, são 2,6 vezes superiores aos da viticultura em terrenos planos. Os estudos mais sólidos disponíveis apontam para valores frequentemente comparáveis - ou até superiores - aos do Douro nas zonas mais extremas do Mosel, podendo situar-se entre 5000 a 8000€ em parcelas parcialmente mecanizáveis e chegar a 18.000€ nas encostas mais íngremes. Contudo os preços médios dos vinhos Mosel premium conseguem frequentemente compensar parte destes custos através da forte valorização internacional da origem. Com efeito, na região do Mosel, comparativamente ao Douro, a área é muito menor; a produção total é bastante inferior; e a região especializou-se mais claramente em nichos premium e ultra-premium.

A comparação entre o Douro e a Borgonha é particularmente interessante porque ambas as regiões partilham vários traços estruturais importantes. Em ambos os casos encontramos forte fragmentação parcelar, enorme valorização simbólica do terroir, grande peso histórico da viticultura e uma relação muito estreita entre vinho, paisagem e identidade cultural. Tal como no Douro, também a Borgonha assenta parcialmente numa viticultura de pequena escala, intensiva em trabalho humano e fortemente dependente da singularidade de parcelas específicas. Os custos agrícolas podem ser elevados, sobretudo nas denominações mais prestigiadas. Em explorações de nível Village ou Premier Cru, os custos económicos reais aproximam-se frequentemente de intervalos entre 8.000 e 14.000 euros por hectare, podendo ultrapassar 15.000 ou mesmo 20.000 euros nos Grand Crus mais exigentes, onde a viticultura é altamente intensiva, os rendimentos são relativamente baixos e o trabalho manual permanece muito importante.

Contudo, a grande diferença entre Borgonha e Douro não reside tanto no custo de produção, mas na extraordinária capacidade da Borgonha para transformar raridade territorial em valor económico. A região conseguiu alinhar de forma muito eficaz custo estrutural, reputação internacional e preço médio final. Os vinhos de topo da Borgonha atingem níveis de valorização extremamente elevados, permitindo financiar plenamente uma viticultura cara e intensiva. Em muitos casos, um único hectare pode gerar receitas anuais de centenas de milhares ou mesmo milhões de euros. O próprio preço da terra exprime essa lógica: nas zonas mais prestigiadas da Côte d’Or, o valor do hectare atingiu níveis extraordinários, frequentemente superiores a um milhão de euros e, em alguns Grand Crus, muito acima disso.

Mas existe ainda outra diferença estrutural muito importante: a escala territorial. A Borgonha vitícola possui aproximadamente 30.000 hectares de vinha, o Mosel cerca de 8.500 hectares e o Priorat pouco mais de 2.000 hectares. A Região Demarcada do Douro, pelo contrário, ultrapassa os 40.000 hectares efetivamente plantados com vinha e integra uma área classificada muito mais vasta. Esta diferença é decisiva. Muitas das regiões europeias frequentemente utilizadas como referência comparativa para o Douro são, na realidade, regiões muito menores, mais especializadas e mais facilmente orientáveis para segmentos altamente premium. A raridade relativa da produção ajuda-as a manter forte coerência entre

prestígio, escassez e valor médio de mercado.

O Douro enfrenta uma dificuldade suplementar precisamente porque tenta sustentar uma paisagem vitícola de grande escala territorial com custos frequentemente comparáveis aos das mais difíceis viticulturas europeias de montanha. A comparação é importante porque mostra que custos elevados não conduzem inevitavelmente à fragilidade económica. O Mosel, o Priorat, certas regiões suíças ou a própria Borgonha demonstram que é possível sustentar viticulturas difíceis quando existe forte coerência entre singularidade territorial, posicionamento internacional e valor capturado ao longo da cadeia. O problema estrutural do Douro parece situar-se precisamente nesse ponto: a região suporta custos agrícolas comparáveis aos das grandes viticulturas europeias de terroir, mas uma parte significativa da produção continua a ser comercializada a preços demasiado baixos para financiar de forma sustentável esses mesmos custos. Ou seja, o Douro possui frequentemente custos de grande terroir europeu, mas continua parcialmente preso a segmentos de valorização média insuficiente para remunerar plenamente a complexidade da sua paisagem agrícola.

A comparação entre Champagne e o Douro é particularmente reveladora porque mostra que custos agrícolas elevados não conduzem necessariamente à fragilidade económica de uma região vitivinícola. Em Champagne, os custos de produção da uva por hectare são também muito elevados em termos absolutos. Em muitas explorações situam-se entre cerca de 8.000 e 15.000 euros por hectare, podendo ultrapassar esses valores nas parcelas mais prestigiadas ou mais intensivamente trabalhadas. A região combina forte intensidade técnica, trabalho manual significativo, elevada pressão sanitária associada ao clima húmido e custos fundiários extraordinariamente elevados. Tal como no Douro, a viticultura está profundamente ligada à reputação histórica do território e à singularidade da denominação.

Contudo, a lógica económica de Champagne é muito diferente da do Douro. A primeira diferença fundamental reside na produtividade. Enquanto grande parte da viticultura duriense opera com produtividades relativamente baixas, frequentemente entre 2.800 e 4.500 litros por hectare em contextos de qualidade, Champagne trabalha normalmente com rendimentos muito superiores, frequentemente entre 10.000 e 14.000 quilos de uva por hectare. Isto significa que, mesmo suportando custos elevados, o custo unitário por quilo ou por litro torna-se muito mais favorável.

Mas a diferença decisiva encontra-se sobretudo na capacidade de captura de valor. Champagne conseguiu construir um dos sistemas de valorização mais eficazes do mundo vitivinícola. O preço da uva atinge frequentemente valores entre 6 e 8 euros por quilo, podendo ser ainda mais elevado nas comunas mais prestigiadas. Em consequência, um único hectare pode gerar receitas brutas extremamente elevadas, frequentemente superiores a dezenas de milhares de euros anuais apenas através da venda de uva. Poucas regiões vitivinícolas no mundo conseguem transformar de forma tão eficiente reputação territorial em rendimento agrícola efetivo.

Esta capacidade não resulta apenas da qualidade do produto, mas também da força institucional da região. O Comité Champagne funciona como uma verdadeira estrutura interprofissional de governação coletiva. A região gere cuidadosamente a oferta, regula rendimentos, administra reservas, coordena promoção internacional e mantém forte alinhamento entre viticultores e grandes maisons exportadoras. O objetivo central do sistema é preservar simultaneamente escassez, reputação e valor económico.

A comparação com o Douro torna-se, assim, particularmente instrutiva. Ambas as regiões possuem enorme força histórica, forte dependência da denominação de origem e custos

agrícolas relativamente elevados. Mas Champagne conseguiu alinhar produtividade, governação coletiva, escassez simbólica e capacidade de valorização comercial de forma extremamente coerente. O Douro, pelo contrário, continua frequentemente confrontado com uma situação inversa: custos estruturais comparáveis aos das grandes regiões europeias de terroir, mas produtividade mais baixa e valor médio insuficiente numa parte significativa da produção. Em certo sentido, Champagne representa talvez o exemplo europeu mais acabado de uma região que conseguiu transformar plenamente a singularidade territorial em sustentabilidade económica coletiva — precisamente o equilíbrio que o Douro continua parcialmente à procura de construir.

É precisamente aqui que o Douro revela a sua singularidade problemática. Em muitos aspetos, os seus custos estruturais aproximam-se das grandes regiões de montanha e dos terroirs premium europeus. Mas uma parte significativa da sua produção continua exposta a segmentos de preço relativamente baixos ou intermédios. O Douro suporta frequentemente custos de “grand cru” enquanto parte da sua produção é comercializada em condições próximas de vinho indiferenciado.

4. Como é que os modelos de governação contribuem para as dificuldades estruturais do Douro

A crise contemporânea do Douro não pode ser separada da evolução histórica das suas instituições. O atual modelo regulatório da Região Demarcada do Douro resulta de uma longa sucessão de equilíbrios instáveis entre produção, comércio e Estado. Nesse sentido, o IVDP é simultaneamente herdeiro distante da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro criada pelo Marquês de Pombal, sucessor parcial das funções históricas da Casa do Douro e expressão contemporânea de um modelo regulatório muito mais próximo da lógica administrativa do Estado moderno e do enquadramento europeu das denominações de origem.

A Real Companhia Velha - originalmente Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - nasceu em 1756 como instrumento de regulação económica e comercial profundamente intervencionista. O seu objetivo não era apenas proteger qualidade e origem; era também disciplinar produção, controlar exportação, estabilizar preços e organizar o comércio externo do vinho do Porto. A Companhia funcionava simultaneamente como entidade reguladora, agente económico e instrumento político do Estado pombalino. A própria demarcação do Douro nasceu inseparável de uma lógica de controlo económico e redistribuição de valor dentro da cadeia comercial do vinho.

Ao longo do século XIX e sobretudo no século XX, o centro de gravidade institucional deslocou-se progressivamente. A criação da Casa do Douro em 1932 correspondeu a uma tentativa de organizar e representar os viticultores durienses perante o poder crescente do comércio exportador. A Casa do Douro assumiu funções muito mais amplas do que as de uma simples associação profissional: cadastro das vinhas, representação corporativa obrigatória, regulação produtiva, armazenamento de vinho, gestão de stocks e, durante largos períodos, verdadeiro contrapeso político ao poder comercial das grandes casas exportadoras.

Durante décadas, o equilíbrio institucional do Douro assentou precisamente nesta tensão triangular entre o comércio exportador, a produção organizada na Casa do Douro e o Estado regulador. Esse equilíbrio era imperfeito, frequentemente conflituoso e por vezes economicamente ineficiente. Mas tinha uma característica importante: reconhecia

explicitamente a existência de interesses estruturalmente divergentes dentro da região.

A progressiva desarticulação da Casa do Douro alterou profundamente este equilíbrio. A liberalização europeia, a transformação do modelo corporativo português após a integração na União Europeia, os problemas financeiros acumulados da instituição e a crescente orientação concorrencial dos mercados reduziram drasticamente o papel económico e político da Casa do Douro. Muitas das funções históricas de regulação, representação e mediação desapareceram ou foram transferidas.

O IVDP surgiu então como principal entidade institucional da região, mas com uma natureza muito diferente. Ao contrário da Casa do Douro, o IVDP não representa diretamente os produtores enquanto grupo económico organizado. E ao contrário da antiga Companhia, também não intervém diretamente no mercado enquanto operador económico. O IVDP funciona sobretudo como entidade certificadora, reguladora e promotora das denominações de origem Porto e Douro, enquadrada pelas regras nacionais e europeias aplicáveis às indicações geográficas e aos mercados agrícolas.

Esta transformação institucional teve consequências profundas. O Douro manteve mecanismos importantes de regulação — como o benefício — mas perdeu parte da sua antiga capacidade de mediação económica entre produção e comércio. O próprio debate contemporâneo sobre preços da uva, concentração comercial e distribuição do valor revela parcialmente esse vazio institucional.

Ao mesmo tempo, o próprio desenho institucional do IVDP pode ter contribuído para dificultar uma leitura plenamente objetiva dos problemas estruturais da região. Essa dificuldade não resulta necessariamente de ocultação deliberada. Resulta antes da posição ambígua que a instituição ocupa dentro do sistema duriense.

O IVDP é simultaneamente: regulador público; certificador; entidade promotora; guardião simbólico da denominação; mediador setorial; e representante institucional da região perante o exterior.

Mas estas funções nem sempre convergem facilmente.

Uma instituição cuja missão inclui proteger reputação internacional, defender prestígio da denominação e transmitir confiança aos mercados tende naturalmente a privilegiar leituras estabilizadoras da realidade regional. O reconhecimento explícito de problemas como: excesso estrutural de produção; inviabilidade económica de parte do território; desequilíbrios profundos na distribuição de valor; ou fragilidade estrutural da base produtiva, tem inevitavelmente consequências políticas, comerciais e simbólicas muito sensíveis.

Além disso, o IVDP opera num contexto particularmente complexo: milhares de produtores; forte fragmentação fundiária; tensão histórica entre comércio e produção; peso político regional elevado; e enorme carga simbólica associada ao Douro.

Nestas condições, tornou-se relativamente mais fácil gerir incrementalmente a crise através de: ajustamentos anuais do benefício; medidas conjunturais; apoio ao armazenamento; promoção; destilação; linhas de crédito; e mediação institucional, do que assumir plenamente a possibilidade de uma crise estrutural mais profunda do próprio modelo económico regional.

Nesse sentido, o desenho institucional do IVDP pode ter contribuído para prolongar a ideia

de que os problemas do Douro seriam sobretudo conjunturais, comerciais ou transitórios, quando talvez fossem muito mais estruturais.

A comparação internacional ajuda a perceber melhor esta singularidade.

O caso de Champagne é provavelmente o mais revelador. O Comité Champagne funciona como verdadeira estrutura interprofissional forte, representando conjuntamente viticultores, cooperativas e maisons exportadoras. Possui capacidade robusta de coordenação estratégica, gestão de oferta, definição de rendimentos, investigação, promoção e alinhamento económico coletivo da denominação. Mais importante ainda: Champagne reconhece explicitamente que o objetivo central do sistema é proteger valor e escassez. A disciplina coletiva da oferta é entendida como condição da sustentabilidade económica da região.

O Douro, pelo contrário, mantém frequentemente alguma ambiguidade entre: proteção da produção; valorização; equilíbrio político; sustentabilidade territorial e liberalização concorrencial.

O caso de Jerez apresenta paralelos particularmente interessantes com o Douro. Tal como a região duriense, Jerez dependeu historicamente de um vinho fortificado de enorme prestígio internacional e enfrentou forte retração de consumo nas últimas décadas. O Consejo Regulador de Jerez aproxima-se relativamente do modelo contemporâneo do IVDP enquanto entidade reguladora e promotora da denominação. Mas em Jerez o ajustamento estrutural foi muito mais explícito e brutal. Houve forte redução de vinha, concentração empresarial, retração territorial e aceitação relativamente clara do declínio estrutural de parte do setor.

O Douro resistiu mais tempo a esse reconhecimento, em parte porque o vinho do Porto manteve maior prestígio internacional, porque o DOC Douro criou nova dinâmica económica e porque o peso patrimonial da paisagem dificultou aceitar cenários de retração territorial.

O caso do Cognac é diferente e igualmente revelador. O Bureau National Interprofessionnel du Cognac (BNIC) possui forte integração interprofissional, enorme disciplina coletiva e alinhamento estratégico exportador. Além disso, Cognac beneficiou durante décadas de crescimento internacional muito forte e de posicionamento ultra-premium. Isso permitiu maior coordenação económica e muito maior capacidade de captura de valor ao longo da cadeia.

O Douro nunca conseguiu atingir esse mesmo grau de alinhamento estratégico coletivo. A governação regional permanece relativamente fragmentada entre: Estado; IVDP; comércio; produção; cooperativas; associações; grandes grupos; estruturas representativas enfraquecidas e múltiplos interesses territoriais.

Essa fragmentação institucional talvez seja um dos elementos mais importantes para compreender porque razão o Douro identifica relativamente bem os sintomas da crise, mas tem maior dificuldade em produzir consensos claros sobre a natureza estrutural do problema e sobre as soluções necessárias.

No fundo, talvez se possa formular assim: o Douro possui uma das denominações de origem historicamente mais fortes do mundo, mas uma governação estrutural relativamente frágil e ambígua face à enorme complexidade económica, social e territorial da região. E essa ambiguidade institucional pode ter contribuído para prolongar durante muitos anos a ideia

de que o sistema ainda conseguiria regressar aos equilíbrios históricos do passado.

5. O DOC Douro: revelador do paradoxo estrutural da região

O surgimento do DOC Douro moderno, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990, representou uma das transformações mais profundas da história económica recente da Região Demarcada do Douro. Até então, o equilíbrio regional assentava quase integralmente na economia do vinho do Porto. A organização produtiva da região, o sistema do benefício, a classificação das vinhas, a estrutura comercial e mesmo a lógica institucional do Douro tinham sido historicamente construídos em torno do vinho fortificado. O vinho de mesa existia, naturalmente, mas ocupava uma posição secundária, pouco valorizada e frequentemente subordinada ao próprio sistema do Porto.

O aparecimento do DOC Douro moderno alterou radicalmente este enquadramento. Pela primeira vez, o Douro começou a afirmar-se internacionalmente não apenas como região de vinho fortificado, mas também como origem de grandes vinhos tranquilos de qualidade. Esta transformação teve efeitos muito positivos. Permitiu diversificar a economia regional, reduzir parcialmente a dependência exclusiva do vinho do Porto, valorizar castas autóctones e afirmar o Douro como um dos territórios vitivinícolas mais prestigiados do mundo. Surgiram novos produtores engarrafadores, quintas modernizadas, projetos familiares altamente qualificados e uma nova geração de enólogos e empresários que passaram a construir marcas próprias diretamente a partir do território duriense.

O DOC Douro permitiu também uma maior retenção local de valor. Ao contrário do modelo histórico do vinho do Porto - fortemente concentrado no comércio exportador e durante muito tempo centrado em Vila Nova de Gaia - muitos projetos DOC nasceram diretamente nas quintas e no interior da região. Isso favoreceu integração vertical, turismo, hotelaria, restauração, exportação própria e valorização territorial mais ampla. Em muitos casos, o DOC Douro foi decisivo para a revitalização económica de algumas quintas e para a afirmação internacional do Douro contemporâneo.

Sem esta transformação, a situação atual da região seria provavelmente ainda mais frágil.

Mas o surgimento do DOC Douro teve também outro efeito, menos visível e mais estrutural: tornou progressivamente evidentes problemas económicos que o sistema tradicional do vinho do Porto durante muito tempo tinha conseguido amortecer ou ocultar.

Durante séculos, o vinho do Porto funcionou como principal mecanismo de transferência de valor para a viticultura duriense. O benefício permitia que uma parte da produção regional fosse canalizada para um produto de elevado valor acrescentado, relativamente protegido da concorrência global direta e sustentado por forte diferenciação histórica e comercial. Mesmo com desigualdades internas, o sistema conseguia, em muitos momentos, gerar rendimento suficiente para manter uma paisagem vitícola extremamente cara.

O crescimento do DOC Douro alterou essa lógica. Criou-se implicitamente a expectativa de que o mercado dos vinhos tranquilos conseguiria absorver uma parte crescente da produção regional e substituir progressivamente a centralidade económica do vinho do Porto. Durante algum tempo, essa expectativa pareceu plausível. O consumo mundial de vinho crescia, os vinhos portugueses ganhavam notoriedade internacional, os tintos estavam em expansão e o Douro afirmava-se rapidamente nos segmentos premium.

Mas esta evolução trouxe consigo uma mudança estrutural decisiva: o Douro passou a competir diretamente no mercado global de vinhos tranquilos.

E essa mudança alterou profundamente os equilíbrios económicos da região.

O vinho do Porto era um produto historicamente singular, fortemente regulado, relativamente raro e protegido por barreiras de entrada culturais e comerciais muito fortes. O DOC Douro, pelo contrário, entrou num mercado extremamente concorrencial, disputando espaço com Rioja, Ribera del Duero, Priorat, Toscana, Bordeaux, Napa Valley, Chile, Argentina, Austrália e inúmeras outras regiões internacionais.

O problema é que o Douro entrou nessa competição carregando custos estruturais muito superiores aos de muitas regiões concorrentes. A qualidade do terroir não eliminou o peso económico da viticultura de montanha. Assim, o sucesso qualitativo do DOC Douro acabou também por revelar um paradoxo estrutural da região: o Douro consegue produzir vinhos de excelência mundial, mas uma parte significativa da sua base produtiva continua economicamente demasiado cara para competir de forma sustentável em segmentos médios do mercado global de vinho tranquilo.

Ao mesmo tempo, o crescimento do DOC Douro reduziu parcialmente a capacidade amortecedora do sistema tradicional do benefício. Durante muito tempo, o benefício funcionou quase como mecanismo implícito de redistribuição regional. O DOC Douro, pelo contrário, tende a operar de forma mais polarizada. Os projetos fortemente integrados — com marca própria, vinho engarrafado, exportação, turismo e capacidade financeira — conseguem frequentemente criar valor elevado. Mas os produtores dependentes apenas da venda de uva ou de vinho indiferenciado permanecem extremamente vulneráveis à pressão concorrencial e à compressão de margens.

Nos primeiros anos da afirmação do DOC Douro moderno, a transformação da região ficou sobretudo associada aos grandes vinhos tintos. Foram eles que permitiram ao Douro afirmar-se internacionalmente como território de excelência para além do vinho do Porto, revelando o potencial das castas autóctones, atraindo investimento e construindo uma nova geração de produtores e marcas. Contudo, a evolução mais recente da região mostra que a adaptação económica do Douro poderá depender cada vez mais de segmentos diferentes daqueles que inicialmente lideraram essa transformação. O crescimento dos vinhos brancos, rosés e espumantes constitui hoje uma das mudanças mais relevantes da vitivinicultura duriense contemporânea. Estes vinhos respondem melhor às tendências atuais do consumo mundial, progressivamente orientado para perfis mais frescos, mais leves, mais gastronómicos e menos alcoólicos do que os grandes tintos concentrados que dominaram os mercados internacionais durante as últimas décadas.

Paradoxalmente, é precisamente a enorme diversidade geográfica do Douro — durante tanto tempo vista sobretudo como fator de dificuldade económica — que hoje poderá representar uma das suas vantagens competitivas. As zonas de maior altitude, as exposições mais frescas, as encostas voltadas a norte e determinadas áreas do Cima Corgo e do Douro Superior revelaram condições particularmente interessantes para produção de brancos de elevada qualidade e crescente notoriedade internacional. Os espumantes podem igualmente vir a desempenhar um papel relevante na adaptação futura da região, permitindo diversificação produtiva e valorização de territórios menos adequados ao perfil tradicional dos grandes tintos durienses. Esta evolução não elimina os desequilíbrios estruturais da Região Demarcada do Douro, mas reforça uma conclusão fundamental: o futuro do Douro dificilmente assentará numa única vocação dominante. A sustentabilidade económica da

região dependerá provavelmente da capacidade de explorar inteligentemente a extrema diversidade do território, articulando vinho do Porto, tintos, brancos, espumantes, turismo e valorização patrimonial em modelos muito diferenciados entre si.

Nesse sentido, o DOC Douro não criou os problemas estruturais da Região Demarcada do Douro. Esses problemas já existiam potencialmente no interior do sistema histórico do vinho do Porto. Mas o crescimento do DOC contribuiu decisivamente para revelar que o antigo equilíbrio económico da região dependia de condições históricas muito particulares que deixaram de existir plenamente. Revelou também que nem toda a área produtiva do Douro consegue competir de forma sustentável no mercado global de vinho tranquilo sem mecanismos adicionais de valorização, integração vertical, diferenciação extrema ou regulação económica.

O DOC Douro foi, assim, simultaneamente uma extraordinária oportunidade de modernização e internacionalização da região e um fator que tornou mais visíveis as limitações estruturais da sua economia agrícola. Tornou o Douro mais sofisticado, mais moderno e mais reconhecido internacionalmente. Mas tornou também a região mais exposta à concorrência global, mais dependente da capacidade de construir valor económico consistente e, em muitos aspetos, mais desigual na distribuição desse valor ao longo da cadeia produtiva.

6. Que Políticas para o Douro ?

“Não há coisa tão dificultosa de conseguir e que necessite de tanto trabalho e paciência como é povoar e fundar estabelecimentos, porque sendo o povo composto de diferentes génios e de diversas vontades, é cada pessoa que se pretende mudar uma oficina de novidades capaz de apurar o mais constante sofrimento.”

Carta do governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 1770.

A crescente consciência da enorme diversidade interna da Região Demarcada do Douro conduz progressivamente a uma conclusão importante: talvez o futuro da região já não possa ser pensado através de políticas uniformes aplicadas indistintamente a todo o território. O Douro nunca foi verdadeiramente homogéneo. É uma região profundamente desigual, descontínua e heterogénea, onde parcelas muito próximas podem apresentar condições económicas, produtivas, climáticas e comerciais radicalmente diferentes. Existem quintas altamente competitivas e internacionalizadas coexistindo com pequenas explorações familiares extremamente frágeis; áreas com forte potencial turístico coexistindo com zonas praticamente excluídas dos novos fluxos de valorização; produtores integrados verticalmente coexistindo com viticultores dependentes exclusivamente da venda anual de uva.

Durante muito tempo, porém, a política agrícola tratou o Douro como se fosse relativamente uniforme. Essa abordagem resulta em parte da própria lógica histórica das políticas agrícolas europeias, tradicionalmente desenhadas para sistemas mais homogéneos, mecanizáveis e relativamente contínuos do ponto de vista produtivo. Instrumentos horizontais, pagamentos por hectare, medidas universais ou critérios relativamente padronizados funcionam

razoavelmente em regiões agrícolas onde a escala, a produtividade e a estrutura produtiva apresentam alguma homogeneidade. O Douro resiste a essa lógica.

À medida que os desequilíbrios estruturais da região se tornam mais evidentes, começa também a tornar-se claro que respostas demasiado uniformes podem produzir efeitos insuficientes ou mesmo contraproducentes. Uma medida concebida para apoiar uma exploração altamente competitiva pode ser inútil para uma pequena vinha de montanha sem sucessão geracional. Um incentivo adequado para aumentar eficiência produtiva pode fazer sentido numa quinta integrada e exportadora, mas tornar-se economicamente irrelevante numa exploração cujo principal problema é a impossibilidade de capturar valor comercial suficiente. O próprio impacto das alterações climáticas varia profundamente dentro da região, em função da altitude, exposição solar, retenção hídrica, profundidade dos solos ou acesso à água.

Talvez seja mais adequado pensar o futuro das políticas para o Douro através de uma analogia com a evolução contemporânea da medicina. Durante muito tempo, a medicina assentou em protocolos relativamente generalistas: perante a mesma doença, aplicavam-se tratamentos semelhantes à generalidade dos doentes. Hoje, porém, a medicina caminha progressivamente para modelos de personalização terapêutica. A genética, o contexto clínico, os fatores ambientais e a singularidade de cada paciente passaram a ser considerados na construção das respostas médicas. A ideia central é simples: indivíduos diferentes respondem de forma diferente ao mesmo tratamento.

O Douro parece aproximar-se de um problema semelhante. A região tornou-se demasiado diversa para ser governada apenas através de instrumentos indiferenciados.

Algumas explorações possuem condições para competir internacionalmente em segmentos premium e necessitam sobretudo de apoio à internacionalização, inovação tecnológica, turismo ou construção de marca. Outras dependem muito mais da preservação paisagística, da valorização patrimonial ou de mecanismos de compensação territorial. Algumas parcelas podem justificar investimento tecnológico sofisticado; noutras, a questão principal já não é modernizar, mas decidir se existe efetivamente viabilidade económica de longo prazo. Há áreas cuja função principal poderá deixar de ser exclusivamente produtiva para passar a incluir conservação da paisagem, retenção de solo, prevenção da erosão ou manutenção da ocupação humana.

Neste contexto, o futuro das políticas públicas para o Douro poderá depender cada vez mais da capacidade de combinar duas lógicas distintas. Por um lado, continuará naturalmente a existir necessidade de instrumentos relativamente universais: apoio à pequena agricultura, gestão de risco climático, seguros, medidas agroambientais ou estabilização conjuntural de rendimento. Mas, simultaneamente, uma parte crescente dos recursos públicos poderá exigir mecanismos mais seletivos, diferenciados e personalizados.

Aqui surge uma analogia particularmente interessante com os apoios à atividade cultural. Na cultura, uma parte importante do financiamento público não é distribuída automaticamente através de critérios uniformes. Muitos apoios são atribuídos por concurso, avaliação qualitativa, relevância patrimonial, inovação, sustentabilidade e impacto coletivo. Talvez o Douro pudesse caminhar progressivamente para algo semelhante.

Determinados apoios poderão vir a ser atribuídos não apenas em função da área plantada ou da produção declarada, mas também segundo critérios como:

- capacidade de criação de valor;
- integração territorial e trabalho em rede;
- preservação paisagística;
- impacto ambiental;
- inovação;
- recuperação patrimonial;
- retenção local de riqueza;
- ou contribuição para a sustentabilidade social da região.

Isso representaria uma mudança conceptual profunda. O apoio deixaria de ser entendido apenas como subsídio agrícola clássico e passaria progressivamente a assumir-se também como investimento público numa paisagem cultural complexa e num território historicamente singular.

Na prática, o Douro poderia evoluir para um modelo híbrido, simultaneamente agrícola, territorial, patrimonial, ambiental e cultural. Essa evolução teria a vantagem de reconhecer explicitamente aquilo que a região realmente é: não apenas uma zona produtiva, mas uma paisagem histórica de montanha cuja continuidade depende de equilíbrios muito mais amplos do que a simples produção de vinho.

Mas esta abordagem também colocaria dificuldades importantes. Políticas mais personalizadas exigem maior capacidade técnica, informação territorial muito detalhada, avaliação contínua e maior complexidade administrativa. Sobretudo, obrigariam a enfrentar uma questão politicamente muito delicada: reconhecer explicitamente que nem todas as áreas do Douro possuem hoje a mesma viabilidade económica nem necessariamente o mesmo papel estratégico futuro.

Esse reconhecimento é difícil porque o Douro foi historicamente pensado como uma unidade contínua. Mas talvez o futuro da região dependa precisamente da capacidade de abandonar essa visão homogénea e aceitar que a sustentabilidade do território exigirá respostas diferenciadas para realidades profundamente diferentes.

No fundo, a questão central talvez seja esta: o futuro do Douro dependerá menos da capacidade de apoiar genericamente “a viticultura” e mais da capacidade de compreender, caso a caso, quais são as explorações, paisagens, projetos e funções territoriais que conseguem verdadeiramente criar valor económico, social, patrimonial e ambiental sustentável num dos territórios agrícolas mais complexos da Europa.

Referências

- Comité Européen des Entreprises Vins (2024). Manifesto on the Future of the EU Wine Sector.
- Documentação económica regional sobre custos de produção no Alentejo, Rioja, Priorat, Mosel, Borgonha e Champagne.
- European Commission (2025). Commission supports the EU wine sector in the face of new challenges.
- European Commission. Documentação sobre: Smart Specialisation Strategies (S3); territorial cohesion; multifunctional agriculture; LEADER rural development approaches.
- Fonseca Port Wine. Historical overview of the Douro and Port wine trade.
- Fontáinhas Fernandes, A., Andrade Santos, J. e Sousa, V. Position paper SEDES “Douro: Principais Desafios Ambientais”. (2026).
- Instituto da Vinha e do Vinho (IVV). Estatísticas vitivinícolas nacionais.
- Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP). Estatísticas de produção e comercialização.
- Le Monde (2024). “Drop in wine consumption is reshaping French vineyards”.
- Legifrance. Réglementation interprofessionnelle relative aux réserves de Champagne.
- Martino, José (2026). “Um escândalo silencioso”. Vida Económica, 27 de março de 2026.
- OECD (2020). *Rural Well-being: Geography of Opportunities*.
- OENO One. “Economic sustainability of steep-slope viticulture and the limits of mechanisation”.
- OIV – Definition and recommendations about the importance of mountain and steep-slope viticulture.
- OIV – Organisation Internationale de la Vigne et du Vin (2024). State of the World Vine and Wine Sector in 2023.
- Ostrom, Elinor (1990). *Governing the Commons*.
- Rebelo, J.; Batista, A. (2024). “Potential market failures in the Portuguese wine industry”. Ciência e Técnica Vitivinícola.
- Rebelo, João; Baptista, Alberto; Gouveia, Sofia; Fernandes, Fontáinhas. Position paper SEDES “Competitividade e Sustentabilidade dos Vinhos do Porto e Douro. Que Estratégia?”. (2024).
- Scott, James C. (1998). *Seeing Like a State*.
- UNESCO World Heritage Centre. Alto Douro Wine Region.
- UNESCO World Heritage Centre. Climats, terroirs of Burgundy.

20

Sobre

A SEDES

A SEDES é uma das mais antigas associações cívicas portuguesas, operando, desde 1970, como um “think tank” independente, comprometido a pensar Portugal ao centro. A sua missão é promover o desenvolvimento económico e social do país, através de contributos especializados e plurais em vários setores das políticas públicas.

26